

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE O AFUNDAMENTO DO SOLO EM MACEIÓ: O CRIME SOCIOAMBIENTAL DA BRASKEM PELAS LENTES DO PORTAL G1

Laziê Laerte da Silva¹

Daniela Ripoll²

Resumo: Este artigo analisa representações midiáticas sobre o afundamento do solo em Maceió (AL), provocado pela mineração de sal-gema da Braskem, maior petroquímica das Américas e responsável pela exploração do minério na região desde a década de 1970. O estudo, que integra pesquisa de doutorado mais ampla, é fundamentado nos Estudos Culturais em Educação e adota uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório para realizar uma análise cultural a partir de quatro reportagens publicadas pelo Portal G1 entre 2023 e 2024. Na análise, discute-se como as narrativas jornalísticas representaram esse desastre socioambiental, marcado pela remoção compulsória de milhares de moradores, pela perda de moradias, territórios e modos de vida. O estudo conclui que, embora as narrativas jornalísticas

¹ Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8403-4851> E-mail: lazielaerte@gmail.com

² Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO/UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7247-2600> E-mail: dripoll@terra.com.br

produzidas pelo Portal G1 deem visibilidade ao caso, estas nem sempre tensionam as estruturas que sustentam esse modelo extrativista.

Palavras-chave: Estudos Culturais em Educação; Mineração; Mídia.

MEDIA REPRESENTATIONS OF GROUND SUBSIDENCE IN MACEIÓ: BRASKEM'S SOCIO- ENVIRONMENTAL CRIME THROUGH THE LENS OF THE G1 NEWS PORTAL

Abstract: This article analyzes media representations of the ground subsidence in Maceió, Alagoas, Brazil, caused by Braskem's rock salt mining operations. Braskem, the largest petrochemical company in the Americas, has been extracting rock salt in the region since the 1970s. The study, which forms part of a broader doctoral research project, is grounded in Cultural Studies in Education and adopts a qualitative, exploratory approach to conduct a cultural analysis of four news reports published by the G1 news portal between 2023 and 2024. The analysis examines how these journalistic narratives represented this socio-environmental disaster, characterized by the forced displacement of thousands of residents and the loss of homes, territories, and ways of life. The study concludes that, although the journalistic narratives produced by the G1 news portal bring visibility to the case, they do not consistently challenge the structures that sustain this extractivist model.

Keywords: Cultural Studies in Education; Mining; Media.

INTRODUÇÃO

Já há algum tempo, o Brasil tornou-se palco de uma série de eventos traumáticos de grande impacto e visibilidade, associados ao setor produtivo e exploratório de mega mineração, que são constantemente noticiados pela grande mídia. As consequências de tais características podem ser percebidas pela repetição catastrófica provocada pelas atividades de duas grandes mineradoras: Samarco - Vale BHP Billiton, em Mariana - MG, em 2015, e depois, em 2019, em

Brumadinho pela Vale S.A. Esses são tidos como dois dos maiores crimes ambientais e sociais do século em âmbito mundial, cujos impactos são imensuráveis até hoje em se tratando de perda de biodiversidade. Ademais, somados, são responsáveis por ceifar quase 300 vidas humanas, sendo que ainda há desaparecidos. Tragédias como essas fazem com que o Brasil figure como o país com o maior número de mortes nesse tipo de acidente (Silva, 2021; Wanderley et al., 2020).

Embora não tenha a mesma repercussão desses casos, mas não de menor importância, sugerimos colocar nessa conta o processo de afundamento do solo na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, produzido pelas atividades exploratórias de mineração urbana da empresa Braskem S/A. O caso maceioense que veio a público em 2018 merece atenção por se tratar de um evento catastrófico ainda em curso e que vem desencadeando um leque de efeitos deletérios “de diversos tipos, sobretudo geológicos, socioambientais, urbanísticos, culturais, humanitários, discursivos e sociopolíticos (Nascimento; Sobrinho, 2022, p. 6)”. Além disso, pode-se dizer que a progressão desse crime socioambiental da Braskem é mais complexa, pois levou à remoção compulsória de cerca de 60 mil pessoas e à desocupação de mais de 14 mil imóveis, em 5 bairros da cidade, a saber: Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e os limites do Farol, cujo processo de deslocamento compulsório ocorreu sem a prévia indenização aos afetados por este colapso sobre território urbano, inédito no país (Carvalho, 2023; Prates et al., 2023; Souza et al., 2023; Viegas et al., 2021).

A pesquisa de Bulhões (2022, p. 22) sugere que este crime socioambiental se deu em decorrência do “processo de subsidência do solo, ou seja, afundamento do solo, consequência da desestabilização de cavernas abertas para exploração de sal-gema”. Este é o minério usado como matéria-prima na indústria para fabricação de PVC (tipo plástico), soda cáustica, cloro, ácido clorídrico, bicarbonato de

sódio, dentre outros, pela atual mineradora Braskem. Ao lado disso, o campo da Geologia destaca que o termo subsidência consiste em um movimento vertical de magnitude elevada que não se distribui de maneira uniforme e, conseqüentemente, pode colocar em risco as construções afetadas por tal movimento. O processo de afundamento de terrenos é relativamente lento, devido à deformação ou ao deslocamento de direção essencialmente descendente (CPRM, 2020).

Diante do exposto, este artigo objetiva discutir as representações midiáticas sobre o afundamento do solo na cidade de Maceió que orbitam a Braskem. Para tanto, selecionamos quatro reportagens entre 2023 e 2024, de uma das grandes mídias brasileiras, o Portal G1. Entendendo que através dele são produzidas diversas práticas representacionais (Hall, 2016) sobre as atividades dessa mineradora, nossa hipótese é a de que as reportagens do G1 buscam “uma possibilidade de lançar novos olhares para a mídia, em um estudo das representações sobre educação” (Schmidt, p. 156, 2006).

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais em Educação, privilegiamos um recorte analítico sobre os escombros de territórios urbanos arruinados da capital maceioense. Justifica-se tal escolha por ser esse evento capaz de mobilizar a opinião pública, assinalando o papel desempenhado pela mídia no tensionamento e no enfrentamento às atividades minerais implementadas pela Braskem. Em certa medida, também buscamos apontar para a necessidade da análise crítica acerca da construção midiática e discursiva do tema, pois as representações produzidas pelas reportagens aqui estudadas podem ser usadas tanto para fortalecer estereótipos e construir estigmas sobre os territórios (e os povos) para o desenvolvimento econômico do país, quanto, ao contrário, para colaborar com o entendimento de que o extrativismo mineral é uma prática eminentemente (de)predatória, de

devastação e de impactos tanto ambientais quanto sociais nas vidas dos brasileiros (Harvey, 2016).

As narrativas que compõem as opiniões e demais colunas divulgadas no Portal G1 sobre esse crime socioambiental da Braskem podem revelar uma maneira diferente de perceber e de se apropriar da construção discursiva da experiência da dor, a qual buscamos compreender. Isso se deve muito pela forma como as imagens representadas nas reportagens compartilham a dor e o sofrimento de calamidades a um número cada vez maior de leitores. De acordo com Sontag (2003, p. 20), “ser um espectador de calamidades ocorridas (...) é uma experiência moderna essencial, a dádiva acumulada durante mais de um século e meio graças a esses turistas profissionais e especializados conhecidos pelo nome de jornalistas (...) à medida que cada desgraça se apresenta. Do ponto de vista de Fischer (1997), os pesquisadores vinculados aos Estudos Culturais em Educação entendem que os textos e as imagens midiáticas apresentam um “estatuto pedagógico” e, portanto, ensinam coisas às pessoas e têm uma dimensão educativa.

Dessa forma, organizamos este texto em quatro partes: além desta introdução, na qual consta a delimitação do problema investigado, apresentamos os aspectos metodológicos; logo após, apresentamos o que se fala sobre o debate do afundamento do solo em Maceió, subsidiado pela Braskem ao longo das últimas quatro décadas, e, por fim, apontamos as análises desta investigação sob o viés crítico pós-estruturalista dos Estudos Culturais em Educação.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de Doutorado desenvolvida no âmbito dos Estudos Culturais em Educação. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada na análise cultural (Hall, 2016; Wortmann, 2002). Nessa perspectiva, as pedagogias da

natureza (Wortmann, 2002) são entendidas como os múltiplos espaços culturais — escolares e não escolares — em que representações sobre natureza, sustentabilidade, responsabilidade e cidadania socioambiental são produzidas, compartilhadas e ensinadas.

Parte-se do entendimento de que as narrativas jornalísticas divulgadas pelo Portal G1 constituem práticas representacionais (Hall, 2016), nas quais textos e imagens participam ativamente da produção de sentidos sobre os problemas ambientais contemporâneos. Nessa perspectiva, o jornalismo ultrapassa sua função informativa e assume também uma dimensão pedagógica (Fischer, 1997), ao ensinar modos de perceber, interpretar e posicionar-se diante das questões socioambientais. Assim, as reportagens são compreendidas como artefatos culturais que contribuem para a construção discursiva da natureza e das relações entre sociedade, Estado e meio ambiente.

A escolha do Portal G1 como objeto de análise justifica-se por sua posição estratégica no sistema midiático brasileiro. Vinculado ao Grupo Globo, maior conglomerado de comunicação do país, o portal apresenta ampla capilaridade nacional e exerce papel relevante na produção, circulação e legitimação de discursos sobre temas políticos, econômicos e ambientais (Assumpção; Amaral, 2009). Assim, interessa menos verificar a veracidade factual das notícias do que problematizar os modos pelos quais determinados acontecimentos são narrados, enquadrados e transformados em representações socialmente compartilhadas.

O *corpus* foi constituído a partir de levantamento realizado no mecanismo de busca do próprio Portal G1, utilizando-se o descritor “Braskem em Maceió”, que resultou em vinte reportagens publicadas sobre o tema. Inicialmente, esse material foi organizado em uma planilha contendo informações referentes ao título, à data de publicação, à autoria, ao formato jornalístico (textual-imagética) e à temática

principal. Após a leitura integral desse conjunto, procedeu-se à seleção intencional de quatro matérias, tomando como critérios: (a) a centralidade do afundamento do solo como eixo narrativo; (b) a recorrência de fotografias articuladas ao texto jornalístico sobre o tema; (c) a diversidade de acontecimentos contemplados ao longo da cobertura; e (d) o potencial analítico dos elementos verbovisuais para responder aos objetivos desta investigação.

O procedimento analítico consistiu na realização de análises culturais (Wortmann, 2002; Coiro-Moraes, 2016) das reportagens selecionadas, compreendendo fotografias, manchetes, legendas, textos, interdições e depoimentos de (ex)moradores como artefatos culturais produtores de significados. Em consonância com Hall (2016), esses elementos foram examinados não como simples registros da realidade, mas como práticas discursivas que selecionam, organizam e hierarquizam acontecimentos, produzindo determinadas representações sobre o desastre socioambiental e seus sujeitos.

A atenção dedicada às fotografias decorre do reconhecimento de sua centralidade na cultura contemporânea. Como observa Schmidt (2006, p. 155), “a imprensa conta com inúmeros recursos que são utilizados estrategicamente. Um destes recursos extremamente produtivo é a fotografia”. Nesse sentido, as imagens foram analisadas em articulação com seus títulos, legendas e textos, compreendendo-se que tais elementos constituem uma unidade narrativa. Conforme argumenta Costa (1994), manchetes, legendas e fotografias estabelecem relações de ancoragem de sentidos que orientam a leitura do acontecimento. Assim, interessou compreender como a combinação entre imagem e texto produz efeitos de verdade, sensibiliza os leitores e ensina modos específicos de interpretar o crime socioambiental provocado pela Braskem.

A partir desse percurso teórico-metodológico, a seção seguinte reconstrói o contexto histórico da exploração de sal-

gema em Maceió, discutindo as quatro décadas de atuação da Braskem e os processos de transformação da paisagem urbana decorrentes da atividade mineradora. Esse panorama histórico constitui o contexto necessário para compreender as representações midiáticas que serão analisadas posteriormente.

AS QUATRO DÉCADAS DE ATIVIDADES DA BRASKEM TRANSFORMANDO PAISAGENS

Na década de 1970, em meio à Ditadura Civil-Militar, a mineradora instaurava sua fábrica com o nome de Salgema Indústrias Químicas S/A, que depois passou a se chamar Braskem. Os primeiros passos da empresa são marcados pela exploração do mineral sal-gema, extraído das profundezas do solo de Maceió pelo método de lavra por solução e pelo método de lavra subterrânea convencional e industrial (Souza et al., 2023; Santos et al., 2022).

Cabe destacar a forma como se constrói a arregimentação pelo grande capital e por gestores públicos, que ocorre por diversas inversões e mecanismos diante de instituições públicas e demais órgãos de fiscalização, o “que resultou na falta de regulamentação para a atividade extrativista e na omissão de riscos sociais e ambientais do debate político (Souza et al., 2023, p. 8)”. Essa dinâmica característica à época do “milagre econômico” evidencia a conexão entre o setor privado e o Estado, uma vez que há relatos que “o ditador Ernesto Geisel, que assina a construção da Salgema, tornou-se diretor da Salgema depois de ser presidente (Prates et al., 2023, p. 177).

O contexto de instauração desse complexo industrial da mineradora Braskem no território urbano de Maceió, próximo ao encontro do mar com a Lagoa Mundaú³, sugere um

³ Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, localizado na porção oeste da capital alagoana, configurando-se como um ecossistema caracterizado pela presença

histórico de múltiplas tensões e contestação popular. Ao lado disso, segundo Bulhões (2022, p. 42), “há registros em relatórios oficiais da década de 1980 onde se afirma que a localização da indústria é inconveniente à segurança da população maceioense, visto o risco de possíveis acidentes envolvendo vazamento de produtos químicos”. De acordo com a autora, ocorreram diversas manifestações da sociedade e de instituições alagoanas relacionadas ao vazamento de cloro, que voltavam a acontecer sempre que algum acidente ocorria ao longo dos anos. A exemplo disso, é importante mencionar que a organização “Movimento pela Vida⁴” era contra a proposta de ampliação da capacidade operacional da Salgema Indústrias Químicas S/A em área povoada – sobretudo pela ausência de estudo sobre os impactos socioambientais no transporte de produtos atravessando canais e lagos, área ecológica vital para determinadas populações alagoanas.

Para além da defesa do lugar de moradia — especialmente por parte de populações historicamente silenciadas e negligenciadas —, os conflitos urbanos que emergem nesse contexto envolvem uma diversidade de atores sociais, incluindo cientistas, ecologistas e representantes políticos mobilizados em torno da proteção da Lagoa Mundaú. Conforme destacam Feitosa e Romeiro (2023), trata-se de um território marcado por disputas, na medida em que a lagoa constitui, simultaneamente, fonte de sustento para populações mais pobres — sobretudo por meio da pesca artesanal — e espaço valorizado por sua paisagem, frequentemente apropriado como atrativo para setores mais abastados.

de manguezais, elevada biodiversidade e intensa interação entre águas doces e salinas (Feitosa; Romeiro, 2023).

⁴ Em meados dos anos 1970, quando o governo autorizou o início das obras, diversas reações ocorreram para que a empresa não fosse aberta no local. <https://www.historiadealagoas.com.br/salgema-e-o-movimento-contra-a-ampliacao-de-1985.html>, acesso em 24 mai. 2024.

Em relação a Braskem, é necessário marcar que ela surge de uma ação organizada como sendo um dos “braços” econômicos da Odebrecht – grupo empresarial multinacional brasileiro, cujo maior foco sempre foi o ramo da construção civil (através de suas muitas empreiteiras associadas ao Estado). Em 1990, sob o impulso do governo brasileiro, é iniciado o processo de privatização do setor petroquímico e, através do Programa Nacional de Desestatização (PND), a Odebrecht alarga continuamente a sua estatura no ramo e configura a Braskem – num curto espaço de tempo. Sua atuação global torna-se liderança das Américas na indústria química e de plástico e também uma das maiores indústrias petroquímicas do mundo. Ao lado disso, vale destacar novamente “a conexão” entre o setor privado e o estado, e isto é significativo e representado pela Braskem em conjunto com a Petrobras. Apesar da Odebrecht manter, nessa “sociedade”, o controle acionário da Braskem, porque tem em seu poder a maior proporção da empresa, já que 38,25% são pertencentes ao grupo Odebrecht, por outro lado, não podemos esquecer que 36,15% são pertencentes à estatal brasileira Petrobras (Silva, 2018).

No site da referida mineradora, ela se apresenta como “estratégica” para a economia brasileira em função dos elevados índices financeiros que ela veicula. Vale notar o compromisso dedicado à “sustentabilidade socioambiental”, com destaque ao registro de vários prêmios – tanto nacionais quanto internacionais – cujo exemplo mais representativo está na concepção do “Plástico Verde”, desenvolvida pela empresa Braskem para fins de ser seu “carro-chefe” ao enfrentamento da intensa problemática ambiental vivenciada na contemporaneidade (Braskem, 2024). Para Silva et al. (2018, p. 216), vendida como uma das possíveis soluções “a partir de ideais de *sustentabilidade e inovação*, tão em voga nos discursos que pretendem se alinhar ao que é politicamente correto nos dias atuais”. Porém, ao lado dessas ações relacionadas

diretamente com a economia (e com o fortalecimento da arrecadação de divisas para o país), essa empresa divulga as muitas ações e os programas educativos que desenvolve em prol do meio ambiente, destacando, assim, o quanto ela se ocupa com o “benefício” de toda a sociedade.

A obra de autoria da socióloga holandesa Saskia Sassen (2016), *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*, pode ser um bom exemplo para entendermos o caso da Braskem em Maceió com anuência do Estado, que resultou em milhares de famílias deslocadas forçadamente a deixarem suas casas, suas histórias, suas relações, seus sustentos, seus direitos às liberdades civis, aos direitos sociais e coletivos, deixando para trás imensos bairros fantasmas, dos quais iremos tratar mais adiante neste texto. Por ora, cabe mencionar que a autora irá destacar os diferentes modos de expulsões produzidos pela política econômica praticada na atualidade no âmbito mundial, que se revela em um capitalismo avançado, complexo e brutal. Sobretudo, irá pontuar que é preciso entender a disputa por recursos naturais realizado por grandes corporações e, principalmente, as patologias que o modelo capitalista minerador traz:

Além da gradual degradação da terra agrícola, existem processos que causam a destruição extrema de todo tipo de terra. A mineração e a indústria são os culpados mais óbvios na maior parte do mundo. Sua capacidade de matar a terra é enorme, e é extremamente difícil que ela se recupere do tipo de degradação provocada (Sassen, 2016, p.185-186).

Conforme os destaques dessa autora, podemos sugerir que as práticas de extração e exploração irregular de minerais tornam-se vorazes e violentas já há bastante tempo, deixando para trás uma chaga nas paisagens por onde passa no mundo todo (e parece, encontrar ressonância como um prenúncio ao

crime socioambiental da Braskem que estaria por vir). Tornando, em alguns casos, muito mais difícil ou até mesmo irreversível o uso de recursos naturais necessários à sobrevivência humana. Sobretudo, como salientam Santos et al. (2022, p.11), perdas desiguais conseguem deixar ainda pior a situação dos pobres e miseráveis, por outro lado, “sai na frente nessa disputa quem tem, novamente, maior poder aquisitivo”.

ABRINDO A CAIXA-PRETA DA BRASKEM EM MACEIÓ

Em 10 de dezembro de 2023, ocorreu o rompimento da Mina 18, situada sob um trecho da Lagoa Mundaú, em Maceió. Como já mencionado, o colapso deu-se mesmo após a emissão de sucessivos alertas por instituições ambientalistas e órgãos fiscalizadores, que, desde o período de instalação da empresa, questionavam não apenas sua localização, mas também os métodos de extração do sal-gema (Viegas; Santos, 2021, p. 63).

Conforme destacam os autores, a ruína da Mina 18 insere-se em sequência de desastres anunciados ao longo de décadas e atribuídos à atuação da Braskem. O afundamento da cratera formada na lagoa, segundo estimativas da Defesa Civil à época, alcançaria diâmetro equivalente a uma piscina olímpica e meia e profundidade aproximada de três prédios de dez andares. O evento afetou diretamente o meio ambiente, o turismo e as populações que dependem da lagoa para sua subsistência. Parte da água passou a escoar para a cavidade aberta pela mina, entrando em contato com elevadas concentrações de cloreto de sódio e outros compostos químicos associados ao processo de extração, o que intensificou o processo de salinização da lagoa.

Notadamente, a gravidade da contaminação causa impactos sociais à economia na região, afetando a vida de milhares de pescadores e marisqueiros que sobrevivem diretamente da pesca na lagoa, como, por exemplo, da

extração de sururu – um molusco muito consumido na gastronomia local. Além disso, com o colapso da mina, o trecho da lagoa foi interditado para navegação em um raio de 1km, afetando também quem trabalha com passeios turísticos na lagoa (Portal G1, 2024).

O marco inicial para explicar a cronologia do rompimento da mina 18 começou a ganhar visibilidade na mídia ainda a partir do dia 03 de março de 2018. Segundo Bulhões (2022), a situação se agravou após as fortes chuvas que caíram em Maceió e um tremor de magnitude 2,5 na escala Richter, que ocasionou fissuras, trincas e rachaduras em diversos imóveis e em vias públicas no bairro do Pinheiro. A autora conta em seus estudos que, na época, as rachaduras apareceram em vários quarteirões do bairro: uma delas tinha cerca de 280 metros de extensão, sendo que um prédio precisou ser evacuado pela Defesa Civil de Maceió por apresentar risco à segurança dos moradores em virtude do piso ter afundado. Desde então, ao longo de 2018, os danos em ruas e imóveis começaram a aumentar, com novas rachaduras e com o surgimento de crateras em diversas ruas sucessivamente.

O caso em tela foi tema da matéria do G1, intitulada *Rachaduras em imóveis e cratera na via pública de Maceió*, que pode ser visualizada a seguir, na Figura 1. A reportagem foi assinada por Heliana Gonçalves e publicada em 9 de dezembro de 2023, a qual serve de propósito para mapearmos as representações imagéticas das decorrentes desestabilizações do solo provocadas pela mineradora Braskem. A partir dessa materialidade visual, é possível examinar como o jornalismo delimita e torna visível o processo de ruína urbana, neste caso, contribuindo para abrir, ainda que parcialmente, a “caixa-preta” da mineração na capital alagoana, Maceió.

Figura 1. Rachaduras em imóveis e cratera em via pública de Maceió



Fonte:<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/09/afundamento-do-solo-em-area-de-mina-em-maceio-volta-a-subir-ministerio-recomenda-monitoramento-constate.ghtml>

Na foto acima, à esquerda, as rachaduras em um edifício são os destaques e, na foto à direita, o destaque a ser dado é para o afundamento do solo de uma via pública, ambos situados no bairro do Pinheiro. Neste mesmo ano de 2018, a Braskem, através de suas peças publicitárias elaboradas pelo seu departamento de marketing, emitiu a sua versão oficial tratando o tema como um “fenômeno geológico”, colocando a causa no mesmo patamar de um simples desastre natural, como se não tivesse relação com ela. Conseguindo, desse modo, deslocar os desdobramentos desse evento para o controle semântico da natureza. Desde já podemos notar como sendo o ano no qual a empresa conseguiu dominar a “construção narrativa” sobre seu crime socioambiental urbano, em conluio com forças poderosas da ciência, da justiça, da política, além de altíssimos investimentos através de sua mídia (Prates et al., 2023).

No que diz respeito à ideia de domínio da narrativa, segundo Prates (et al., 2023), a Braskem se fez postular, ao longo de 2018 até 2019, obtendo o domínio da narrativa sobre o colapso através do programa chamado “Braskem Explica”. Neste período a empresa conseguiu “silenciar” a tônica do



debate entre diversos atores da sociedade acoplado a um sistema de justiça (com suas legislações fragilizadas) e transformar em um discurso hegemônico de fenômeno geológico e não ao crime socioambiental da Braskem.

Apenas em maio de 2019, quando foi publicado o laudo técnico sobre os abalos sísmicos e rachaduras em vias públicas e edificações pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o qual atestou que tais consequências foram decorrentes de décadas de atividades de escavações agravadas pela infiltração de água no subsolo em minas sob o seu controle, é que começa a comprovação da responsabilidade da Braskem pelo afundamento do solo. A conclusão do relatório da CPRM foi importante porque contrapôs cientificamente e transformou a versão oficial da empresa em uma falácia (Nascimento et al., 2023). De posse dos resultados da responsabilização da Braskem, os órgãos públicos fiscalizadores entram em cena, sendo que a Prefeitura de Maceió declara estado de calamidade pública e a Braskem é obrigada a interromper as atividades de extração de sal-gema nas áreas atingidas. Além disso, o Ministério Público (MP-AL) determinou a imediata remoção das famílias dos locais de risco mais críticos, cortando, inclusive, a água e a luz de quem não evacuasse a área (Prates et al., 2023; Espinoza et al., 2023).

Neste combo perverso de contestações pela Braskem, à época constava a alegação de que teria realizado estudos em todos os 35 poços de perfuração sob sua administração no território urbano de Maceió. Dados conclusivos deste estudo emitido pelos especialistas da empresa apontavam que todos esses poços operacionais não apresentavam riscos à população. Ademais, estavam devidamente licenciados e cumprindo compromisso firmado com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e com o Instituto Nacional de Meio Ambiente – IMA (Nascimento et al., 2023). Entretanto, um novo estudo na região, ainda em 2019, dessa vez feito pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig, na Alemanha, corroborou o laudo da

CPRM apontando para a imediata remoção de centenas de famílias da linha “vermelha”, compreendendo o entorno de 15 poços de extração de sal-gema em virtude de apresentarem um cenário de risco iminente. Desde então, o monitoramento em torno das 35 minas desativadas é constante e de forma ininterrupta (Portal G1).

O crime socioambiental da Braskem em Maceió desencadeou uma série de consequências devastadoras aos moradores de cinco bairros da capital alagoana. Além do Pinheiro, também os já mencionados no início deste texto: Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Farol, compreendendo uma extensão territorial de cerca de 270 hectares de áreas atingidas. Ainda, aproximadamente 15 mil imóveis foram condenados, obrigando o deslocamento compulsório de 60 mil pessoas que viviam e trabalhavam em território hoje arruinado (Bulhões, 2022; Santos et al., 2022; Souza et al., 2023).

O processo de deslocamento em massa iniciou em janeiro de 2020, entretanto, em virtude da crise sanitária mundial imposta pelo Novo Coronavírus (Sars-CoV-2), causador da Covid-19, as remoções foram interrompidas em março de 2020 e retomadas em junho do mesmo ano, devido à contínua subsidência do solo e dos riscos a ela relacionados. É interessante ressaltar então que os moradores, além de lidar com os traumas de deixar seus lares, precisavam fazer isso em um período marcado pelo extremo isolamento social com todos os transtornos à saúde mental (depressão, ansiedade...) que o momento pandêmico causou (Bulhões, 2022, p. 29).

Essa autora enfatiza que “o acúmulo destas experiências vividas por uma população já fragilizada e vulnerável acarreta mais impacto emocional”. Além das condições de existência de suas relações ambientais e urbanísticas, há que se registrar também as implicações sociais e culturais relacionadas aos sujeitos abandonarem suas casas, deixando para trás seus

negócios, seus sustentos, suas histórias, suas relações, seus direitos sociais a moradia, saúde e educação.

Evidenciam-se esses aspectos ao analisarmos culturalmente uma das zonas afetadas retratadas na Figura 2, inserida a seguir, capturada da reportagem do Portal G1, publicada em 3 de março de 2023, intitulada *Afundamento do solo em Maceió completa cinco anos; parte dos moradores resiste em áreas de risco*.

Figura 2. Prédios inteiros foram condenados e famílias expulsas



Fonte:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/03/03/afundamento-do-solo-em-maceio-completa-cinco-anos-parte-dos-moradores-resiste-em-areas-de-risco.ghtml>

A materialidade deste cenário devastador imposto pelo crime socioambiental da Braskem também pode ser contemplada na Figura 2. À medida que os moradores eram expulsos de seus lares, “estes costumam retirar as portas, janelas e telhas para revender, ou ainda, na tentativa de reutilizar em uma futura moradia” (Souza et al., p. 12). O concreto armado, e único material não reaproveitável, forma a imagem sob ruínas dessas “finadas edificações” junto à natureza e o contraste de um céu azul coberto de nuvens. A Figura 2, além de retratar a aridez de uma edificação fantasma condenada por apresentar diversas fissuras e rachaduras, expõe também uma imagem em uma de suas paredes, causando a impressão de que os antigos moradores foram “arrancados”, levando o que foi possível, sobretudo porque podemos visualizar de forma alinhada a representação do êxodo de uma família carregando em suas mãos seus pertences: botijão de gás, caixas, mala e o cachorro.

Nesse momento, é importante analisar culturalmente a representação dessa foto, muito embora não consigamos determinar se a família representada na parede é obra de grafiteiros, pintores ou fruto de colagem de algum dos moradores afetados em forma de protesto, pois a matéria jornalística não menciona a autoria originária, somente os créditos a sua equipe. No entanto, interessa-nos as questões relacionadas aos significados e, sobretudo, ao que a imagem representa, seguindo as tendências destacadas por Buitoni (2006, p. 42), ao se referir sobre a utilização de fotografias realizada por jornais, nos quais “costuma-se fazer num horizonte de registrar um lampejo de realidade”. Sendo assim, podemos enfatizar a posição dessa autora, uma vez que a partida da família, representada na Figura 2, fornece-nos elementos para sugerir problematizações sobre as relações sociais e econômicas, as quais estão comprometidas em sua base com a produção de brutalidades.

Considerações semelhantes a essas podem ser feitas relativamente pela compreensão das diferentes formas de expulsões que se manifestam em espaços cotidianos, as quais Saskia Sassen (2016) se referiu. A autora explica o fenômeno da expulsão como sendo “o momento de uma condição familiar que se torna extrema. Você não é simplesmente pobre, você está com fome, perdeu sua casa, vive em barraco” (apud Felix, 2015, p. 171). Como assinalam Piñeiro e Calazans (2020, p. 206), tal condicionante opera na lógica de “formações predatórias”, tidas como uma das formas mais perversas do capitalismo comprometido em produzir desigualdades e que aqui é representado “como um sistema de expulsão de pessoas de suas terras e/ou propriedades”. Deste modo, à medida que são retirados esses recursos e, em seguida, seus laços sociais, os desvalidos serão deslocados do seu espaço de vida.

Outro aspecto importante a ser dado sobre a representatividade da fotografia exibida na Figura 2 são as falas de alguns (ex)moradores, destacadas no conteúdo da reportagem, tais como: “meu pai construiu isso aqui. Passou a vida toda nesse lugar; São cinco anos de drama, recebendo pressão da Defesa Civil para deixar o local, a Justiça dando alvará de despejo e a gente sempre resiste e não sai; não é só a perda material, mas os danos imateriais, existenciais, vínculos que foram rompidos; aqui nós temos uma história. Eu tenho 40 anos de vida aqui no Bebedouro. Minha vida vai ser para sempre aqui. A gente sai de Bebedouro, mas o Bebedouro não sai de dentro da gente; morei 30 anos aqui. Minha mãe morreu em 2019, no meio a todo esse problema. E eu fiquei só com meus dois filhos lutando por uma coisa melhor. Até hoje não acredito que estou passando por esse cenário. Passo o dia sem acreditar, só sabe quem ainda mora aqui; até hoje a proposta dela [Braskem] é inviável. Se eles querem dar o valor por danos morais, isso eu acho justo. Mas eu, que sou proprietário, que dou o valor da minha casa. Como é que eles definem o valor do meu imóvel?” (G1, 2023, on-line).

As falas dos ex-moradores atingidos em Maceió e utilizadas na reportagem também encontram ressonância nos escritos de Bourdieu (2007), que formulou o conceito de *habitus*. Para ele, a categoria opera como algo que pode ser visto como uma síntese dos estilos de vida e dos gostos pelos quais apreciamos o mundo e nos comportamos nele. Apesar de o autor rejeitar o determinismo em que o sujeito contraria com sua autonomia alguns princípios norteadores nos mais diversos espaços sociais que ele ocupa, admite a construção social do *habitus*: as formas de agir e de viver como sendo a carga cultural que vamos internalizar da estrutura social em que habitamos. Isto é, aquilo que é mais constante em nossas vidas caracteriza o que cada sujeito vai carregar consigo. Diante disso, o sujeito afetado é expulso de seu *habitat* para além do aspecto territorialista em si, ou seja, daquele que perdeu seu trabalho, sua propriedade, sua escola, seu lar, mas sobretudo pela perda da sua possível rede de apoio, compreendida como seu espaço de manifestação cultural, suas relações e seus laços afetivos com a vizinhança.

Há inúmeras implicações sociais, urbanísticas e ambientais pelo modo como as expulsões aconteceram nos bairros atingidos em Maceió. Santos et al. (2022), em seus estudos, sustentam que além dos relatos dos moradores envolvendo as dificuldades de se fixar em um novo lugar, há também relatos sobre as relações com o antigo território e sobre as dificuldades de se desprender dele. A ocorrência dessas diferentes formas de percepções, de incertezas e inseguranças futuras “dificulta mais a reterritorialização dos moradores que, por viverem uma situação provisória, onde não se sabe quando nem quanto irão receber de indenização, acabam por viver em uma espécie de multiterritorialidade” (p. 21).

Ao lado disso, a Figura 3, inserida a seguir e retirada da reportagem do G1, intitulada *Tremor, rachaduras e cavernas subterrâneas: os bairros afundados de Maceió pela mineração da Braskem*, publicada em 22 de julho de 2023, de autoria das

jornalistas Heliana Gonçalves e Vivi Leão escancara um misto de tristeza, angústia e dor diante da dor dos outros, tal como Sontag (2003) se referiu. Haja vista que é possível ver e talvez ouvir o grito ecoando de muitos sujeitos deslocados, propagados de forma forte e intensa entre as ruas e os bairros atingidos. As interdições deixadas pelos moradores sob forma de pichações podem ser entendidas como uma espécie de vácuo entre a vida que se costumava ter ali, com sons de carros passando, vozes de crianças brincando e de demais pessoas que circulavam livremente pelas ruas.

Figura 3. Ex-moradores fazem pichações



Fonte:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/22/tremor-rachaduras-e-cavernas-subterraneas-os-bairros-afundados-de-maceio-pela-mineracao-da-braskem.ghtml>

As mensagens inscritas em muros e portões visualizadas na Figura 3 — como “Aqui morava uma família” e “Somos vítimas da Braskem” — constituem manifestações simbólicas de ex-moradores afetados pela tragédia em Maceió. Esses escritos, conforme analisa Bulhões (2022), expressam não apenas lembranças de tristeza e saudade pelo lugar que um dia foi lar, mas também sentimento de revolta e a tentativa de enfrentar o medo do silenciamento. São marcas materiais de uma

experiência coletiva de deslocamento forçado, sofrimento e denúncia pública.

Além disso, segundo Santos et al., (2022), é importante destacar os efeitos subjetivos desta violência aniquiladora, capaz de reconfigurar as vidas e projetos futuros de milhares de pessoas deslocadas de suas casas ou que ainda insistem em resistir no entorno de bairros abandonados e suas construções degradadas, cujos locais não devem voltar a ser habitados no futuro. Como alertam esses mesmos autores, as inscrições pichadas sob ruínas também podem ser lidas como forma de representar resistência e reivindicação pelo território perdido como uma importante ferramenta interpretativa da realidade no contexto de uma análise discursiva interessada em dissolver as fronteiras entre indivíduo e sociedade.

Sendo assim, cabe registrar, acerca dessas manifestações, mais uma vez, que elas revelam sentimentos em mensagens realizadas pelos ex-moradores, neste cenário de atmosfera pesada, que cada vez mais intensamente se parece com o real e (im)perfeito abandono encontrado em filmes de terror ou em distopias como: *Mad Max*, *Livro de Eli*, *Guerra Civil*, citando-se apenas algumas das muitas obras do cinema que assumem tais paisagens apocalípticas valorizadas na contemporaneidade. Como destaca Praser (2023), tal semelhança pode ser encontrada à circular pelos bairros desativados de Maceió:

Casas e prédios cercados por tapumes de zinco, portas e janelas seladas por tijolos e cimento, paredes marcadas em vermelhos, com placas da Defesa Civil afixadas, indicando que o imóvel está condenado, deixam claro que aquelas residências, que por muitos anos significaram conforto e segurança para as famílias, agora só oferecem perigo e risco. O cenário se soma às sinalizações de rota de fuga, espalhadas pela região e que dão a sensação a

quem passa por ali de ser um clandestino (Agência Brasil, 2023, on-line).

Tais aspectos podem ser visualizados na Figura 4, extraída da reportagem do portal G1 intitulada "*Maceió afunda em lágrimas!: intervenção artística faz homenagem a vítimas da mineração*", publicada em 28 de janeiro de 2024, assinada por Roberta Batista na editoria Alagoas. A matéria aborda a intervenção artística realizada em Maceió como forma de memória e denúncia dos impactos provocados pela mineração de sal-gema.

Figura 4. Maceió afunda em lágrimas



Fonte:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/01/28/maceio-afunda-em-lagrmas-intervencao-artistica-faz-homenagem-a-vitimas-da-mineracao.ghtml>. Foto: Mayra Costa

Ao analisarmos um pouco mais detidamente a Figura 4, em que um grupo de artistas desenharam e pintaram a frase título a que se refere a matéria do G1 "*Maceió afunda em lágrimas!*",

sugerimos que essa frase marca presença e “dá voz” aos ex-moradores diretamente atingidos pela mineração em seu bairro, como destaca Krenak (2022, p. 34): “estão espremidos em pequenos sítios, reduzidos a ilhas de onde resistem bravamente [...] à ocupação de seus territórios e à violência que devasta este lugar”. Nesses espaços de manifestações pacíficas, a frase icônica pode ser traduzida como uma maneira de ser ouvido e tensionar o poder público sobre a real situação daquelas áreas.

Possamai (2007) afirma que “a imagem fotográfica é elaborada pelo seu autor, o fotógrafo, de acordo com sua visão de mundo e conforme as concepções de toda ordem que o norteiam”. Nesse sentido, a foto de Mayra Costa – uma imagem aérea de um bairro aparentemente de classe média, mostrando os telhados destruídos das casas amplas, provoca uma profunda sensação de vertigem. Se, na Modernidade, a fotografia se notabilizou e se popularizou como um suposto registro “objetivo” e “fiel” da realidade, contemporaneamente, entende-se que tais características são ilusões, pois imagens, por mais técnicas (e objetivas) que sejam, “são tão simbólicas quanto o são todas as imagens” (Flusser, 2002) – e, portanto, abertas à interpretação e à leitura.

Para além da paisagem pós-apocalíptica, cabe destacar, também, um conjunto de falas de protesto dos artistas que realizaram a instalação a céu aberto retratada pela reportagem: “Pintamos a frase Maceió afunda em lágrimas! Na ladeira de Bebedouro, lugar onde vivi por uma parte de minha vida, e o sentimento é de tristeza, de ver toda essa destruição e esse cenário de guerra em nossa cidade; O ato de hoje foi também para clamar aos órgãos competentes desse estado que o povo pede socorro e clama por Justiça. Estamos mostrando que a classe artística está unida e não vai deixar que as vítimas desse descaso fiquem sem uma resposta plausível. Vamos cobrar através da arte, nem que juntos busquemos cortes internacionais para ajudar nossos conterrâneos! O amor

morou aqui, mas foi expulso pela cobiça da Braskem” (G1, 2024, on-line).

Cabe agora registrar, ainda sobre a Figura 4, que antes do problema criado pela Braskem, as duas margens da via eram habitadas com ampla circulação de pessoas, dentre outras coisas mais que aconteciam por lá. Novamente recorremos a Bulhões (2022, p.21) cujos estudos assinalam que o Bairro do Bebedouro era conhecido pela boemia, pelas festas que lá aconteciam, sendo chamado de “República da Alegria”. De acordo com a autora, “as festividades atraíam pessoas de toda cidade e até do interior, modificando a fisionomia da região e as ruas e praças tornavam-se palco de manifestações culturais típicas de Alagoas, como Pastoril, Coco de Roda e Cavalhadas”.

Apoiando-se no que a autora discorre, hoje o que se vê é a exposição de uma rua deserta e a vegetação crescendo por entre as fissuras e rachaduras de diversas edificações degradadas, destelhadas em meio a paisagens arruinadas, das quais nos referimos ao longo deste texto. Observam-se as relações potentes entre manifestações, interdições e intervenções na produção de representações de significados realizadas pelos artistas ao retratar essa tragédia anunciada há décadas, que teve como resultado este cenário eminentemente crítico, revelado pela Figura 4: perda de espaços de vida pública, bem como a sua transformação em bairro fantasma. Esse contexto “cala de vez” e ilustra como a mineradora se exime de sua responsabilidade danosa pelo seu crime praticado em região urbana, e que, de certa forma, segue afetando toda a população de Maceió.

Ao nos aproximarmos da finalização desta seção, cabe destacar que as análises das quatro reportagens permitem identificar uma recorrência de representações que enfatizam a dimensão humanitária e visual da tragédia, privilegiando imagens de destruição urbana, deslocamento compulsório e sofrimento dos moradores. Observa-se, contudo, que a responsabilização da Braskem ganha maior evidência apenas

após a consolidação dos laudos técnicos e das decisões institucionais, enquanto as estruturas econômicas, políticas e ideológicas que sustentam o modelo extrativista permanecem pouco problematizadas. As reportagens conferem visibilidade às perdas materiais, aos protestos e às memórias dos sujeitos atingidos, mas tendem a silenciar discussões mais amplas sobre a dependência mineral brasileira, a atuação do Estado, os interesses corporativos e as relações entre mineração, neoliberalismo e acumulação do capital. Desse modo, o Portal G1 oscila entre a denúncia do desastre e a reprodução de enquadramentos que individualizam responsabilidades e atenuam os conflitos estruturais que atravessam o caso. Em conjunto, essas tensões evidenciam que as representações midiáticas não apenas informam sobre o crime socioambiental, mas também disputam os sentidos atribuídos à mineração, à justiça socioambiental e ao direito à cidade, aspectos que buscamos retomar nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou problematizar os modos pelos quais a mídia digital, em especial o Portal G1, tem representado o afundamento do solo em Maceió e os múltiplos conflitos socioambientais decorrentes da exploração de sal-gema pela Braskem. Mais do que verificar a veracidade dos fatos noticiados, interessou-nos compreender como determinadas narrativas, imagens e enquadramentos discursivos participam da produção de sentidos sobre esse crime socioambiental sem precedentes no contexto urbano brasileiro.

As análises realizadas permitiram evidenciar que a cobertura jornalística desempenha papel relevante na visibilização do problema, ao registrar denúncias, protestos, remoções forçadas e os impactos vividos pelas populações atingidas. Entretanto, também revelam os limites de uma cobertura que, por vezes, privilegia o acontecimento imediato

em detrimento da discussão das estruturas econômicas, políticas e institucionais que possibilitaram a ocorrência e a continuidade do desastre. Nesse sentido, a responsabilização da Braskem e dos agentes estatais envolvidos frequentemente aparece tensionada por disputas de narrativas, silenciamentos e estratégias de controle da informação.

Ao longo da investigação, tornou-se evidente que o caso de Maceió extrapola a dimensão de um acidente geológico ou de uma falha técnica. Trata-se da expressão de um modelo de exploração mineral orientado pela lógica da acumulação, no qual territórios, ecossistemas e populações podem ser convertidos em zonas de sacrifício em nome da rentabilidade econômica. A remoção de dezenas de milhares de moradores, a desestruturação de modos de vida, a valorização imobiliária decorrente da própria tragédia e a permanência de incertezas quanto à reparação integral dos danos evidenciam a profundidade das desigualdades produzidas por esse processo.

No âmbito dos Estudos Culturais em Educação, este estudo contribui ao compreender o jornalismo como uma instância de produção de pedagogias culturais, capaz de ensinar modos de ver, interpretar e atribuir sentidos às questões socioambientais. Ao analisar fotografias, manchetes, legendas e textos como práticas representacionais, busca-se ampliar as discussões sobre a dimensão educativa da mídia e sobre seu papel na construção de percepções acerca da mineração, da natureza e da justiça socioambiental.

Como toda investigação, este trabalho apresenta limitações. O recorte concentrou-se em quatro reportagens publicadas por um único veículo de comunicação, privilegiando uma análise qualitativa das estratégias discursivas e visuais mobilizadas pelo Portal G1. Tal delimitação não permite generalizações sobre a cobertura jornalística brasileira, mas possibilita compreender, em profundidade, um conjunto específico de representações produzidas em torno do desastre.

Por fim, sugerem-se novas investigações que ampliem o corpus empírico, incorporando outros veículos de imprensa, mídias independentes, plataformas digitais e redes sociais, bem como estudos comparativos sobre a cobertura de outros desastres socioambientais relacionados à mineração no Brasil. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento das pesquisas que interrogam criticamente as relações entre mídia, educação, meio ambiente e poder, evidenciando que as representações midiáticas não apenas informam sobre os acontecimentos, mas também participam da disputa pelos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, à mineração e ao direito das populações de permanecerem em seus territórios.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, A.F; Amaral, A.L.M. A interatividade no jornalismo on-line: estudo de caso do site G1. In: **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

BULHÕES, Júlia Amorim. **Colapso Urbano?** Narrativas de moradores do Pinheiro sobre a subsidência do solo em Maceió-AL. 2022. TFG/UFAL. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9807>. Acesso em 15 mar. 2024.

CARVALHO, Tuanne Monteiro de. Montagem Mutange: Vestígios em uma paisagem em dissolução. **PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**. Pelotas, RS, v. 7 n. 27 (2023): COLLAGE II (primavera), 2023. Disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/662>.
Acesso em: 13 mar. 2024.

COIRO-MORAES, A.L. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. **Questões Transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 4, p. 28-36, 2016.

COSTA, Helouise. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro. **Revista Imagens**, n.2, agosto 1994, p. 82-91.

ESPINOSA, D.S.E; MORAES, H.O.; SANTOS, M. V. G.; SILVA, R.D.F..F. Cidade (in)sustentável: o caso do afundamento do solo nos bairros de Maceió e o custo aos direitos fundamentais. **Revista Eletrônica Direito & Conhecimento**. V.7, N.2, JUL-DEZ/2023.

FEITOSA, Cid Olival; ROMEIRO, Augusto da Silva. Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió. **XX ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO**.

FISCHER, R.M.B. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**. 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, G.F.; MENDONÇA, I.Q. BULHÕES, J.A.; SANTOS, C.G. Mobilização x imobilização no território: as lutas dos movimentos sociais pós subsidência do solo em Maceió-AL. **XX ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO**.



Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM)**. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió – AL, 2019. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br /imprensa/pdf/relatoriosintese.pdf>. Acesso em 20/03/2024. Acesso em 15 mar. 2024.

NASCIMENTO, P. dos S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL. **RUA**, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 5–25, 2022. DOI: 10.20396/rua. v28il.8670291. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8670291>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PALHETA, J.M; ALVES, V. P; BRARYME, C.C.B; NETO, A.C.O. **Impactos territoriais do plano nacional da mineração do brasil**. Ciência Geográfica. Bauru – XXCI- Vol. XXVI, p. 951-967, 2022.

PIÑEIRO, Emilia da Silva; CALAZANS, Márcia Esteves de. Recensão: A lógica das expulsões por Saskia Sassen. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, v. 45, n. 249, p. 204-209, jan./abr. 2020 | ISSN 2447-861X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n249.p204-209>. Acesso em 05 abr. 2024.

PRASER, Anna Luisa das Chagas. Enviada especial da EBC - Maceió. 2023. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/ex-moradores-de-bairros-desativados-revelam-sentimentos-em-mensagens>. Acesso em: 13 jul.2024.

PRATES, Camila; VERISSIMO, Juliane; LOPES, Carlos Eduardo; LIMA, Roberto. Abrindo a caixa-preta do desastre da Braskem: as vozes dissonantes em Maceió. **Ambivalências. Revista do grupo de estudos e pesquisa processos identitários e poder – UFS**, Dossiê “Paisagens em transição”, V.11 • N.22 • p. 167 – 199 • Jul-Dez/2023 ISSN 2318-3888. Disponível em:

[https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article /view/20049](https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/20049). Acesso em 18 mar.2024.

SANTOS, C. G; LIMA, G.F.; BULHÕES, J.A. Subsidência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: as disputas pela cidade. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.10, p. 65711-65734, oct., 2022.

SANTOS, Caroline Gonçalves; BULHÕES, Júlia Amorim; LIMA, Gustavo Figueiredo. Subsidência do solo e remoções forçadas em Maceió-AL: as disputas pela cidade. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.10, p.65711-65734, oct., 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52783/43259>. Acesso em 18 mar. 2024.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. ISBN 978-85-7753-351-0.

SCHMIDT, Saraí. **Professores e professoras nas lentes do jornal**. O magistério na política cultural/Organização de Marisa Vorraber Costa. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.

SILVA, L. L; RIPOLL, D. e WORTMANN, M.L.C. Educação ambiental Corporativa: o caso do marketing “sustentável” do plástico verde da Braskem. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 35, n.2, p. 208-227-128, maio/ago.2018.

SILVA, Laziê Laerte da. Lições em torno da inovação e sustentabilidade socioambiental: o plástico verde da Braskem. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana, 2018.

SILVA, Paulo Régis Rosa. A tragédia ambiental de brumadinho no jornal folha de são paulo on-line: uma abordagem a partir dos estudos culturais em educação. Canoas: **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana, 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Luiza; PETRONILHO, Aissa Simas e EDUARDO, Carlos. **Enquanto eu dormia, cavaram uma cova no fundo do meu peito”: Mineração, deslocamento compulsório e pichações nas ruínas de cinco bairros fantasmas (Maceió-AL)**. Ponto Urbe [Online], 2023.

VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva; SANTOS, Cirlene Jeane Santos. Cidade, capitalismo e sofrimento. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 61-66. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/issue/view/14>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R.J.A F.; MILANEZ, B. **Revista da ANPEGE**. v. 16. n. 29, p. 549 - 593, 2020. e-ISSN: 1679-768X <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>.

WORTMANN, M.L.C. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

Recebido em 31 de maio de 2026.

Aprovado em 16 de julho de 2026